

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO - ACRE.**

SUZANA FERREIRA SILVA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob nº 570.311.182-04, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 150406 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua Raimunda Djalma da Costa, QD10A, Casa 40, nº 40, Cidade Povo, CEP: 69909-270, Rio Branco-Acre, por meio de sua advogada, que a esta subscreve, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente

***AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS
PESSOAIS POR VEICULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE***

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, na cidade de Rio de Janeiro- RJ, deixa de indicar endereço eletrônico por não ter localizado no site da empresa requerida, sendo que naquele consta outros canais de comunicação – www.seguradoralider.com.br, pelas razões que adiante expõe:

I - PRELIMINARMENTE

A - DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, a Requerente postula a concessão do benefício da Justiça Gratuita, eis que é pobre na acepção jurídica do termo, e, bem por isso não possui condições financeiras de arcar com os encargos decorrentes do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo, nos moldes dos artigos 98 e 99, do CPC e do artigo 5º, inc. LXXIV da Constituição Federal.

B - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Preliminarmente ainda, requer a inversão de ônus da prova, que se consubstancia na impossibilidade ou grande dificuldade na obtenção da prova indispensável para a ampla defesa, sendo amparada pelo princípio da distribuição dinâmica do ônus da prova, nos termos do art. 373, § 1º do Código de Processo Civil, como se vê:

Art. 373. (...) § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Assim, sendo notório e inequívoco que, para que haja a real demonstração dos fatos e melhor deslinde da controvérsia, deverá ser invertido o ônus da prova em favor da Requerente, que frente ao porte econômico e técnico da Requerida, encontra-se em extrema dificuldade de obtenção de prova, o que inviabiliza o amplo acesso ao judiciário, **a decretação da inversão do ônus da prova é medida de direito.**

II - DOS FATOS

Na data de 10.11.2019, a Requerente foi vítima de acidente de trânsito, tendo como consequência **fratura de rádio distal esquerdo e fratura de úmero proximal esquerdo**, conforme comprovado pelo Boletim de Ocorrência e demais documentos que se junta em anexo.

Diante de tal fato a Requerente teve a **perda funcional e anatômica do ombro esquerdo e do membro superior esquerdo em grau de 75% (setenta e cinco por cento)**, eis que mesmo submetida a tratamento médico, evoluiu com **cicatriz, aumento de volume e limitação na flexão e extensão do ombro esquerdo e redução da força muscular do membro superior esquerdo** (segundo se verifica pelo laudo médico em anexo), sendo tal lesão **permanente**, sem possibilidade de cura.

Desta forma que a Requerente não poderá levar uma vida normal, como fazia antes do acidente e terá que suportar diariamente os problemas decorrentes da sequela do acidente.

Por conta disso, a Requerente, primeiramente, ingressou na esfera administrativa a fim de receber o pagamento do prêmio segurado que lhe cabia, sendo pago pela Requerida, todavia, somente a quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Ocorre que, a então indenização de DPVAT, deve ser calculada com base na tabela do anexo do art. 3º da citada Lei, incluída pela Lei nº 11.945 de 2009, que no caso em tela, cumpre informar, corresponde a quantia de **R\$ 10.462,50 (dez mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme demonstrado a seguir:

- **Perda anatômica e/ou funcional de um dos ombros =**
R\$ 13.500,00 X 25% = R\$ 3.375,00.
- **Perda anatômica e/ou funcional parcial de um dos membros inferiores =** R\$ 13.500,00 X 70% X 75% = R\$ 7.087,50.

Portanto, considerando que houve dano anatômico e/ou funcional de caráter permanente sem possibilidade de cura, a Requerente, deduzindo o valor que já foi pago administrativamente, **faz jus ao recebimento do valor complementar de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)**, à título de indenização de seguro DPVAT, o que ora requer, devendo esse valor sofrer a incidência de correção monetária a partir do evento danoso e juros a partir da citação.

III - DO DIREITO

Em conformidade com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, como vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Nesse contexto, necessário se faz descrever o art. 2º:

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

“Art.20...

I) - Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.”

Quanto ao tema ainda, o art. 5º do mesmo diploma, assevera que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do

seguro.

Outrossim, o art. 5º em seu § 4º, dispõe:

§ 4º - *Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.*

Sendo assim, evidente o direito da Requerente ao recebimento do seguro obrigatório, haja vista que o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (**acidente**) e o dano dele decorrente (**lesão de ordem permanente no ombro esquerdo e no membro inferior esquerdo**) são inequívocos, como se encontra sobejamente provado por meio de COMPROVANTE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR realizado no Hospital de Urgências e Emergências de Rio Branco, COMPROVANTE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR realizado pelo Hospital das Clínicas, LAUDO e EXAME MÉDICO, RELATÓRIO CIRURGICO do Hospital Santa Juliana e BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

Esse, inclusive, é precedente Primeira Câmara Cível do TJAC:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. NEXO CAUSAL. ACIDENTE E INVALIDEZ. COMPROVAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. ADEQUAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. A) **Precedente deste Órgão Fracionado Cível: “1.- Estando comprovada a relação de causa e efeito, certa e direta, entre o acidente de trânsito e a incapacidade permanente da vítima, fica obrigada a seguradora ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT. (...) 3.- Se a Lei n. 11.482/2007, ao incluir o inciso II, no art. 3º, da Lei 6.194/74, introduziu***

valores fixos, expresso em reais, para a indenização do seguro DPVAT, é claro que a atualização monetária, sob pena de bis in idem, deve ser feita a partir da sua entrada em vigor, que coincide com a data da publicação (31/05/2007), como dispõe o art. 24, inc. III, da referida Lei. 4.- Essa é a única forma de se manter a identidade daqueles valores no tempo, a despeito da manutenção, no texto normativo, do seu valor nominal, para que se assegure, mesmo com a permanente depreciação da moeda, que o valor real da indenização, ou seja, o que foi prefigurado pelo legislador, será sempre respeitado.” (TJAC - Câmara Cível - Apelação Cível nº 2009.003280-5 - Acórdão n.º 5933 - Relª Desª Miracele Lopes - J: 24.03.2009) b) Comprovada a lesão permanente bem como a redução da capacidade laboral, resulta adequado o quantum indenizatório arbitrado na sentença recorrida, adstrito aos conhecimentos de medicina do perito. C) Recurso improvido. (Relator (a): Eva Evangelista; Comarca: Rio Branco; Número do Processo:0029540-43.2010.8.01.0001; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 03/04/2012; Data de registro: 19/11/2012)

Deste modo, trata-se de necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado que a debilidade e deformidade permanente que acometeu a Requerente derivou de acidente de trânsito, ou seja, que preenche os requisitos legais para recebimento de indenização por seguro DPVAT e que não teve pela Requerida deferido o pagamento administrativo correto, o imediato pagamento do complemento desta é media que se impõe.

IV - DA SUPRESSÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR

O princípio da razoável duração do processo, disposto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, considera a celeridade processual uma garantia de acesso à Justiça.

Essa elevada condição de garantia constitucional do princípio

da celeridade processual, demonstra, unicamente, preocupação do Constituinte Derivado com o atual quadro existente, qual seja, de acentuada demora na tramitação processual, situação que vem desacreditando o cidadão brasileiro ao exercício da função jurisdicional.

Nesse sentido, verifica-se que nas excessivas situações análogas ao caso em apreço a audiência de conciliação não alcança ao fim almejado, pelo fato de que a Requerida raramente fazer acordos. Isto porque o fator temporal a favorece, seja pela prescrição ou pela demora na solução do conflito, não havendo, portanto, razões plausíveis que justifiquem a realização de audiência preliminar.

Portanto, com fundamento no princípio constitucional da razoável duração do processo, que está intimamente ligado ao princípio da celeridade processual, e considerando a real finalidade pretendida pelo legislador, a supressão da audiência de conciliação é medida que se impõe, vez que não acarreta prejuízo para as partes e está em plena consonância com o mandamento constitucional previsto no art. 5º, inciso LXXVII.

V - DA PERÍCIA

Mesmo diante de todas as provas apresentadas, caso entenda Vossa Excelência pela necessidade de prova pericial, a Requerente apresenta desde já os quesitos para a realização de perícia:

- 1) Há ferimentos ou ofensa física decorrente do acidente de trânsito?*
- 2) Resultou perigo de vida?*
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função?*
- 4) Resultou incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias?*
- 5) Resultou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável?*
- 6) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou*

função?

7) Resultou deformidade permanente?

8) Resultou em diminuição da capacidade laborativa ou atividades habituais?

VI - DOS PEDIDOS

POSTO ISSO, respeitosamente, requer-se a Vossa Excelência:

A) Seja determinada a citação da Requerida, no endereço supracitado, apresentando a defesa que entender devida, sob pena de revelia;

B) Com fulcro nos artigos 5º LXXIV, da Constituição Federal e 4º da Lei n.º 1.060/50, a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, eis que a Requerente, conforme atesta declaração em anexo, não dispõe de condições econômicas de pagar custas e despesas do processo e honorários advocatícios sem com isso prejudicar seu sustento e o de sua família;

C) A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 373, § 1º do CPC;

D) Que seja julgado procedente o pedido, condenando a Requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em Lei, no valor de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais), previsto nos moldes do art. 3º, II, §1º, II da Lei nº 6.194/74, devidamente corrigido e com a incidência de juros moratórios e honorários advocatícios de sucumbência, na ordem de 20% do valor da condenação;

Dá-se a causa o valor de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Rio Branco, 21 de outubro de 2020.

Stela Maris Vieira
OAB/AC 2.906